



## **“AGENDA 21: UM INSTRUMENTO DE BASE TERRITORIAL DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. CASO ESTUDO DO CONCELHO DE CASTELO BRANCO”**

**Autores:** Alberto, Deolinda  
Jacinto, Paulo  
Quinta-Nova, Luís

**Procedencia:** Escola Superior Agrária de Castelo Branco, Quinta da Senhora de Mércules

### **1. INTRODUÇÃO**

O funcionamento das sociedades humanas deve ter em conta a necessidade de preservação dos elementos naturais. Esta condicionante poderá parecer algo de mais recente, mas sempre existiu.

O que constitui novidade é o seu reconhecimento com maior acuidade pelas sociedades humanas, fruto da dimensão dos efeitos das intervenções humanas e da facilidade de aquisição e troca de informação.

Reconhece-se que, nesta pequena camada do planeta que é a Biosfera, o ser humano vai, em nome do bem-estar presente, impedindo os ciclos ecológicos naturais, esgotando recursos e eliminando elementos da natureza que sejam obstáculo. Vai tornando-se claro que as capacidades humanas, nomeadamente tecnológicas, tanto permitem a melhoria do seu bem-estar, como a perversão dos processos ecológicos. Suspeita-se que o funcionamento, presente e potencial, das sociedades humanas leve a uma aproximação de situações de ruptura com, entre outros corolários, a redução, a prazo, do bem-estar. Há uma crescente difusão e discussão de perspectivas éticas relativas à relação com o meio. Podendo, por vezes, ser contraditório, as preocupações conservacionistas não são apenas relativas a aspectos naturais, estendendo-se também à conservação da(s) cultura(s).



Por outro lado, verifica-se que nem toda a humanidade beneficia desse bem-estar. Apenas cerca de 1/5 da população integra o que se designa de mundo desenvolvido, isto é aquele que se aproxima do extremo máximo de bem-estar que se estima ser possível com os recursos tecnológicos existentes. Os outros 4/5 debatem-se com dificuldades de acesso a recursos tão básicos como os necessários à alimentação.

Dito de outra forma, apesar de não se resolver necessidades básicas da humanidade, põe-se em perigo, para assegurar um elevado bem-estar a uma parte dela, o acesso futuro aos recursos naturais. A escassez de recursos sempre foi originando conflitos sociais: lutas por espaço e por água têm estado na origem de confrontos que vão desde a IIª Guerra Mundial até ao apedrejamento de um helicóptero que retira água de um tanque de rega para ir apagar um incêndio próximo.

Portanto, questiona-se o modelo global de desenvolvimento que se vem seguindo. Indicadores de desenvolvimento clássicos já não merecem uma credibilidade tão unânime: surge o entusiasmo pelo critério Felicidade Nacional Bruta empregue pelo reino do Butão, levantando-se dúvidas sobre a sua pertinência (AFP, 2005).

É neste contexto que surge o conceito de desenvolvimento sustentável como modelo a seguir, em que haja conciliação entre as preocupações económicas, sociais e ambientais. Questiona-se a validade deste conceito. Existem dúvidas quanto ao significado dessa conciliação e ao modo de a pôr em prática. A falta de objectividade do conceito leva, por vezes, a usos que podem ser abusivos.

As instâncias internacionais foram, ao longo das últimas décadas, crescentemente alertando para a necessidade de um modelo de desenvolvimento mais sustentável, desenvolvendo esforços no sentido de clarificar as suas dimensões, bem como definir estratégias para a sua prossecução. Tais foram os objectivos da Cimeira da Terra, organizada em 1992, no Rio, pela Organização das Nações Unidas (ONU), porventura o evento mais marcante quanto ao apelo à indução da sustentabilidade nas políticas.

Dessa Cimeira resultará um instrumento orientador dos processos de desenvolvimento social, económico e ecológico, com recomendações quanto a objectivos, metas intermediárias, acções e prazos para as acções a desenvolver a nível global, das nações e das relações entre elas. Pretendendo-se que esse instrumento tivesse o carácter das agendas que, no dia a dia, balizam as actividades dos indivíduos que não se querem perder nas suas tarefas, é esse documento designado de Agenda 21.



Recomenda, nomeadamente, que os diferentes países desenvolvam à luz das recomendações da Agenda 21, os seus próprios documentos orientadores. Em resposta, Portugal, dota-se, em 2005, de um instrumento com designação de Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (Mota *et al.*, 2004)

Numa lógica de que as estratégias conducentes a diversos tipos de desenvolvimento têm que ser definidas junto das populações, e não impostas por níveis administrativos centrais, a Agenda 21 alerta também para importância do contributo dos níveis mais baixos da administração, nomeadamente os municípios. Recomenda, assim, que tais instituições se dotem das chamadas Agendas 21 Locais ou, no caso dos municípios, Agendas 21 Municipais.

Em 1994, a Carta de Aalborg, resultante da I Conferência Europeia das Cidades e Povoações Sustentáveis incentiva os municípios a dotarem-se desses instrumentos, fazendo apresentando metodologias (Pinto, 2002).

A Cimeira de Joanesburgo, em 2002, reforça a necessidade de acção a todos os níveis.

Em Portugal, a segunda metade da década de 1990 viu a preocupação dos autarcas transferir-se da dotação dos seus municípios em infra-estruturas, nomeadamente vias de acesso e outras mais básicas, para a do desenvolvimento da actividade económica. Com o início do milénio, os autarcas despertam para importância das questões ambientais e sua relação com as questões económicas e sociais. Há uma crescente preocupação e pressão da opinião pública quanto às questões ambientais. Há directivas a cumprir. Há sanções contra o incumprimento. Há perspectivas de negócio ligadas à natureza. Há a percepção de que não incorporando a dimensão “sustentabilidade” nas suas políticas, os seus municípios, e eles próprios, ficam arredados de movimentos que atravessam toda sociedade, levando a uma crescente marginalização política, económica, social, cultural e financeira, nomeadamente no seio da União Europeia.

Neste contexto, verifica-se que um número crescente de autarquias procura dotar-se de instrumentos de planeamento - Agendas 21 Locais ou afins - para o seu desenvolvimento numa perspectiva de sustentabilidade. É assim que, no início de 2005, a autarquia de Castelo Branco inicia diligências no sentido de se dotar de uma Agenda 21, a que se dará o nome Castelo Branco XXI.



A definição de uma Agenda 21 para um determinado município, isto é de objectivos e acções, deverá assentar num diagnóstico participado, representativo das diferentes condições sociais e respectivos interesses dos seus habitantes.

## 2. METODOLOGIA

Atendendo à premissa referida no final do ponto anterior, metodologia seguida baseou-se, fundamentalmente, na recolha e posterior análise de dados secundários e primários, obtidos por entrevista (aos actores institucionais e empresariais) e por questionário (à população em geral). Estes dados permitiram a elaboração de uma matriz SWOT para o concelho de Castelo Branco e vários quadros síntese sobre a incidência das actividades humanas na sustentabilidade.

No que respeita a dados secundários, para além das estatísticas oficiais publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), aproveitou-se a circunstância de estar em revisão o Plano Director Municipal e utilizaram-se alguns dados que tinham sido recolhidos expressamente para essa revisão. Tivemos, assim, possibilidade de ter acesso a informação muito recente e, conseqüentemente, actualizada sobre o concelho.

No sentido de auscultar os principais actores que intervêm no concelho foram entrevistados todos os presidentes de junta de freguesia, representantes da Câmara Municipal, associações empresariais e socio-profissionais representativas das principais actividades do concelho, associações de cariz social e humanitário, representantes das principais instituições sediadas no concelho e, também, da comunidade escolar e do clero.

O fio condutor destas entrevistas era, por um lado, perceber a inserção destes actores no terreno e o seu papel no desenvolvimento sustentável e, por outro lado, sentir a sua sensibilidade face aos pontos fracos e fortes do concelho e auscultar as principais dificuldades sentidas na realização das suas actividades.

A população foi auscultada através de um questionário, que foi enviado para as escolas básicas do concelho. O aluno deveria solicitar a algum familiar o preenchimento do questionário que, posteriormente, seria entregue ao professor. Procurou-se envolver os alunos do ensino básico no sentido de lhes despertar o conceito de cidadania e de participação na vida pública.



Neste inquérito, procurava-se saber a opinião dos cidadãos sobre diversos aspectos da vida do concelho, nomeadamente urbanismo, espaços verdes, economia e emprego, apoio social, transportes e acessibilidades, património, cultura, cidadania e participação cívica. Procurava-se, também, saber a maneira como os cidadãos estavam dispostos a colaborar no sentido de melhorar os pontos considerados fracos.

Com todos estes dados foi possível construir uma matriz SWOT que reflectia, simultaneamente os resultados da nossa reflexão pessoal e as respostas dadas pelos actores e população.

Por último, foram construídas várias matrizes que estudavam a incidência das actividades económicas mais importantes do concelho (indústria, construção civil e obras públicas, agricultura, pecuária, floresta, caça e turismo) sobre determinados valores de sustentabilidade, que são os parâmetros que se podem considerar relevantes para a qualidade de vida das populações.

Os valores considerados são: emprego, educação, saúde, qualidade da água, qualidade do ar/ruído, qualidade do solo, mobilidade/acessibilidade, paisagem, património natural e cultural, ruralidade e urbanismo.

A incidência das actividades (atrás referidas) sobre estes valores de sustentabilidade foi estimada numa escala de cinco níveis em que o zero representa a neutralidade, 1 e 2 efeitos positivos e (-1) e (-2) efeitos negativos.

### **3. CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DE CASTELO BRANCO**

#### **3.1. Caracterização biofísica**

O concelho de Castelo Branco localiza-se no interior centro de Portugal (sub-região da Beira Interior Sul – correspondente à NUT III com a mesma designação), confrontando com os concelhos de Vila Velha de Ródão, Proença-a-Nova, Oleiros, Fundão, Penamacor e Idanha-a-Nova, bem como com a fronteira político-administrativa luso-espanhola (Figura 1).





*rotundifoliae* S. A sua vegetação climática reparte-se pelas séries mesomediterrânica luso-extremadurense e bética sub-húmida do sobreiro (*Quercus suber*), e mediterrânica luso-extremadurense silicícola da azinheira (*Quercus rotundifolia*). Ocorrem ainda comunidades permanentes como os freixiais (com *Fraxinus angustifolia*), salgueirais (com *Salix* spp.), amiais (com *Alnus glutinosa*) e tamujais (com *Securinega tinctoria*).

Uma parte do concelho de Castelo Branco está integrada no Parque Natural do Tejo Internacional (criado pelo Decreto Regulamentar n.º 9/2000 de 18 de Agosto, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 3/2004, 12 de Fevereiro), e encontra-se classificada como ZPE - Zona de Protecção Especial do Tejo Internacional, Erges e Ponsul (Decreto-Lei n.º 141/2002, de 2 de Maio). O conjunto das zonas envolventes a Rio Tejo e seus afluentes desempenham um importante papel na conservação dos valores faunísticos e vegetais que, juntamente a outros habitats característicos das paisagens meridionais, constituem um importante património natural que urge recuperar e conservar.

No Quadro 1, apresentam-se os valores referentes às áreas ocupadas pelos diferentes usos.

**Quadro 1.** Uso e ocupação do solo no concelho de Castelo Branco

Usos e Ocupações do solo	Hectares	%
Áreas construídas (urbanas, industriais, comerciais, infra-estruturas e equipamentos)	1723,7	1,2
Improdutivos e áreas de extracção de inertes	378,1	0,3
Áreas agrícolas	32164,2	22,3
Matos e arbustos	15135,1	10,5
Áreas agro-florestais	8911,1	6,2
Áreas florestais	66507,9	46,2
Áreas áridas (1995-2003)	18083,8	12,6
Áreas húmidas continentais	1104,0	0,8
<b>TOTAL</b>	<b>144007,8</b>	<b>100,0</b>

Fonte: PLANRAIA (2004)

As áreas florestais predominam, ocupando 46,2% da área total do concelho. As áreas agrícolas, representam cerca de 22,3% da superfície do concelho com especial relevância para as culturas de sequeiro (10,6%) e o olival (8,9%). As áreas de regadio ocupam apenas 1,6 %. As áreas agro-florestais (áreas mistas de agricultura e floresta) têm uma expressão quantitativa apreciável, pois representam 6,2% da superfície total do concelho. As áreas áridas no período



de 1995-2003, ocupam uma superfície bastante extensa que corresponde a cerca de 12,6% da superfície do concelho e com maior expressão na zona do pinhal.

Os factores que mais contribuem para a transformação do uso e ocupação do solo são o despovoamento dos aglomerados e vilas, os incêndios e o aumento da floresta. O despovoamento conduz ao abandono dos campos, sobretudo das zonas mais afastadas dos aglomerados, e ao aumento progressivo das áreas de floresta e de mato. Os incêndios transformam completamente a paisagem pelo impacto que provocam a médio e longo prazo, designadamente no empobrecimento do solo e na capacidade de regeneração da vegetação.

### 3.2. Caracterização socio-económica

A dinâmica global de crescimento da população residente no concelho de Castelo Branco ao longo das últimas décadas caracteriza-se, fundamentalmente, pela relativa estabilidade patenteada pelo efectivo populacional. Efectivamente, os 55.708 habitantes residentes no concelho, em 2001, traduzem um acréscimo pouco significativo em relação ao efectivo recenseado quer em 1981 (1,5%) quer em 1991 (2,6%).

Considerando apenas os dois últimos censos e fazendo uma análise comparativa de alguns indicadores demográficos, verificamos que o ganho populacional de 2,6% reflecte-se de maneira distinta nas várias classes etárias: um claro decréscimo nos escalões mais jovens, sobretudo na faixa 0-14 anos (-17,6%), acréscimo acentuado na população idosa (17,8%), e acréscimo mais ligeiro (6,1%) na faixa etária 24-65 anos o que constitui um factor positivo uma vez que aumenta a população, a qual pode constituir uma força motora de desenvolvimento. Este dado indica que o concelho está a receber população migrante que aqui vem procurar melhores condições de vida e trabalho.

As freguesias que apresentam maior crescimento do número de alojamentos são as localizadas no eixo Castelo Branco-Alcains-Lardosa (bem como em São Vicente da Beira), embora seja de reforçar a ideia de uma forte concentração do crescimento na cidade de Castelo Branco, com 89% do aumento verificado.

No período em análise, verificou-se igualmente uma tendência de alteração da tipologia dos novos edifícios. Os edifícios com um único pavimento perdem expressão, assistindo-se a uma tendência de crescimento em altura.



A nível de cobertura de infra-estruturas básicas, a situação em 2001 no concelho de Castelo Branco é fundamentalmente caracterizada por baixos níveis de carência infraestrutural, apresentando níveis de cobertura praticamente universais (designadamente em matéria de instalações eléctricas e de água canalizada). Em todos os domínios as taxas de cobertura da população residente são superiores a 95%.

Na actividade económica do concelho de Castelo Branco, o sector do turismo tem um peso relativamente modesto. O alojamento e a restauração representavam, em 2000, cerca de 10% do número de estabelecimentos empresariais existentes, empregando perto de 6% do pessoal ao serviço (PLANRAIA, 2004). Assim, não deixando de ter presentes as limitações de expansão que este sector pode ter e, portanto, do seu contributo no desenvolvimento socio-económico, afigura-se necessária uma maior aposta na identificação, organização e divulgação de produtos turísticos.

A indústria apresenta uma apreciável dimensão. Representa cerca de 37% do emprego no concelho (PLANRAIA, 2004), 10% das empresas e 43% do volume de negócios (INE, 2004). Estes valores ocorrem num contexto em que este sector perdeu alguma importância e de crise que assola os respectivos sub-sectores, verificando-se o encerramento de algumas unidades. O agro-alimentar representa mais de metade do volume de negócios deste sector. No entanto, é o menos representativo em termos de emprego, tendo-se vindo a verificar uma redução no mesmo, apesar do aumento do número de estabelecimentos. Ao longo dos anos 90 e neste início de milénio, a indústria têxtil foi empregando cada vez menos gente. Não deixando de ser o sector mais representativo em termos de emprego gerado, o seu peso diminuiu ligeiramente. A indústria do aquecimento, ventilação e ar condicionado apresenta exemplos de unidades de matriz endógena, empregando recursos humanos qualificados, com produtos bem posicionados no mercado. Apresenta, assim, condições de crescimento sustentado e de aprofundamento de relações intra-industriais, infelizmente com poucos efeitos demonstrativos sobre restante tecido produtivo industrial.

A actividade comercial constitui uma parte mais significativa da estrutura empresarial ligada sector terciário. É responsável por 1/3 do total de estabelecimentos, 20% do emprego respectivo e 40% do total de volume de negócios das sociedades com sede em Castelo Branco (INE, 2004).

O concelho de Castelo Branco distribui-se por duas zonas ou sub-regiões com características agro-ecológicas. Na primeira destas, que constitui a parte oriental e central do concelho, predomina a aptidão florestal e o aproveitamento para a pastorícia, nomeadamente de ovinos, em explorações com características próximas do montado alentejano e que podem



ter dimensões elevadas. Na parte ocidental do concelho, a propriedade tende a ser mais pequena e em termos de actividades, destacam-se a olivicultura e a caprinicultura. Contudo, a maioria do terreno desta parte é ocupada por pinhal, muitas vezes mato, quase sem ordenamento e muito afectada por incêndios. Assim, a agricultura praticada baseia-se essencialmente em sistemas policulturais e de polipequária de carácter bastante extensivo. Entre 1989 e 1999, o efectivo pecuário, sofreu um acréscimo. Contudo, esse aumento só se deve ao facto do número de ovinos subir 12,1%, correspondendo a 8698 animais. De facto, as outras espécies de produção mais importantes – suínos, caprinos e, em especial, os bovinos – viram, em maior ou menor escala, diminuir os seus efectivos.

A caça constitui uma actividade com significado no concelho de Castelo Branco. A zona apresenta boas potencialidades para caça maior, javalis e cervídeos, sendo factor limitante, em algumas das freguesias, o valor alimentar e a baixa densidade dos matagais, sobretudo nos locais de maior altitude e rochosos, e razoável potencial para caça menor, nomeadamente perdiz e coelho. Existem 22 zonas de caça no concelho, das quais, 11 são zonas de caça municipal, 8 zonas de caça associativa e 3 zonas de caça turística, distribuídas por uma área com cerca de 40.706 hectares,

#### 4. ANÁLISE SWOT

Os Quadros 2 a 7 resumem, sob a forma de matrizes, os resultados da análise SWOT das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, que aproximarão ou afastarão o concelho de Castelo Branco da sustentabilidade social, económico e ambiental.



**Quadro 2.** Matriz SWOT ao nível demográfico, económico e do mercado de trabalho

FORÇAS	FRAQUEZAS
<p>Aumento da população do concelho</p> <p>Ligeiro acréscimo da faixa etária entre os 24 e 65 anos</p> <p>Aumento do número de famílias</p> <p>Presença forte de população no ensino superior</p> <p>Aumento da oferta de emprego</p> <p>Existência de indústrias</p> <p>Existência de montados</p>	<p>Envelhecimento da população</p> <p>Despovoamento das freguesias rurais</p> <p>Diminuição da dimensão média das famílias</p> <p>Fraca expressividade da população com habilitações académicas e diminuição da população estudiantil</p> <p>Aumento do desemprego</p> <p>Fraca cidadania activa e participativa</p> <p>Fraca inovação</p> <p>Estrutura empresarial débil</p> <p>Incipiente desenvolvimento dos serviços de apoio às empresas</p> <p>Modelo de desenvolvimento industrial sustentado no baixo custo da mão-de-obra</p>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>Ligação entre o ensino superior e o tecido empresarial</p> <p>Diversificação dos produtos florestais</p> <p>Crescente procura de produtos alimentares de qualidade</p> <p>Tirar partido do elevado potencial da energia solar</p> <p>Migração com origem no país</p> <p>Aumento do poder de compra da região</p> <p>Localização raiana e acessibilidades</p> <p>Tecnologia, inovação e empreendedorismo</p> <p>Agricultura, silvicultura e pecuária</p> <p>Turismo</p> <p>Competitividade económica</p> <p>Construção biodinâmica</p> <p>Programas de financiamento comunitários e nacionais</p>	<p>Emprego dependente de um reduzido número de empresas</p> <p>Entrada de produtos alimentares vindos de países da União Europeia</p> <p>Perda de capacidade de resposta aos desafios nas áreas da inovação e tecnologia</p>



**Quadro 3.** Matriz SWOT ao nível do território

FORÇAS	FRAQUEZAS
<p>Aumento do número de habitações e edifícios</p> <p>Renovação e qualificação dos núcleos urbanos antigos</p> <p>Melhoria quantitativa e qualitativa de acessibilidades e transportes</p>	<p>Instrumentos de gestão e planeamento territorial desajustados</p> <p>Existência de áreas urbanas de origem clandestina</p> <p>Diminuição da importância regional da maioria dos aglomerados</p> <p>Aumento na floresta das espécies exógenas de crescimento rápido</p> <p>Vulnerabilidade das florestas aos incêndios</p> <p>Má acessibilidade a Espanha</p> <p>Falta de espaços verdes e zonas pedonais</p> <p>Inexistência de linhas telefónicas digitais (Internet) nas freguesias</p> <p>Cobertura do tratamento de águas residuais inferior a 100%</p>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>Polis</p> <p>Programa Aldeias do Xisto</p> <p>Programas nacionais e comunitários de reabilitação de imóveis e de recuperação de zonas urbanas antigas</p> <p>Localização estratégica relativamente a importantes vias de comunicação e ao país vizinho</p>	<p>Deposição de resíduos da zona de Lisboa no aterro sanitário</p> <p>Destruição de zonas de interesse paisagístico</p> <p>Degradação dos sistemas agro-silvo-pastoris; elevada erosão do solo</p> <p>Introdução de portagens na A23</p>



**Quadro 4.** Matriz SWOT a nível dos recursos naturais e ambiente

<b>FORÇAS</b>	<b>FRAQUEZAS</b>
<p>Florestas, áreas de montado, potencial cinegético, valores florísticos e faunísticos</p> <p>Parque Natural do Tejo Internacional</p> <p>Relevo pouco acentuado</p> <p>Aproveitamento dos recursos hídricos superficiais</p> <p>Risco sísmico muito reduzido</p>	<p>Disponibilidade de água</p> <p>Escassos recursos hídricos subterrâneos; recursos minerais pobres</p> <p>Fraca aptidão agrícola</p> <p>Inexistência de centros de interpretação ambiental</p> <p>Desconhecimento das potencialidades piscícolas do concelho</p> <p>Elevadas amplitudes térmicas</p>
<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
<p>Turismo sustentável</p> <p>Desenvolvimento do montado e actividades relacionadas</p> <p>Substituição do eucalipto por espécies autóctones</p> <p>Energias renováveis</p> <p>Aproveitamento económico e lúdico dos planos de água</p>	<p>Alterações climáticas</p> <p>Incêndios</p> <p>Desertificação</p>



**Quadro 5.** Matriz SWOT a nível do património cultural e social

<b>FORÇAS</b>	<b>FRAQUEZAS</b>
<p>Crescimento da aaccessibilidade e adesão aos meios de comunicação e novas tecnologias de comunicação</p> <p>Ensino Superior</p> <p>Aparecimento de instituições privadas e públicas a oferecer formação profissional</p> <p>Potencial turístico, nomeadamente de natureza (Naturtejo)</p> <p>Incremento da actividade cultural da cidade</p>	<p>Escassa promoção e protecção da riqueza cultural do concelho</p> <p>Fraca expressividade do turismo e insuficiente oferta hoteleira</p> <p>Ausência de apoios sociais</p>
<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
<p>Existência de tradições locais</p> <p>Disponibilidade de imigração</p> <p>Promoção do turismo</p>	<p>Rota turística secundária e concorrência de outras regiões no sector turístico</p> <p>Destruição do património na zona histórica</p> <p>Fluxos migratórios</p> <p>Envelhecimento da população</p> <p>Hospital Amato Lusitano</p>

**Quadro 6.** Matriz SWOT a nível do turismo

<b>FORÇAS</b>	<b>FRAQUEZAS</b>
<p>Turismo de Natureza</p> <p>Naturtejo</p> <p>Programa Aldeias do Xisto</p>	<p>Posto de turismo com horário reduzido</p> <p>Insuficiente oferta hoteleira</p> <p>Falta de estratégia para actividade turística local</p> <p>Escassa promoção e protecção da riqueza cultural do concelho</p>
<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
<p>Turismo sustentável</p> <p>Promoção do turismo no estrangeiro</p> <p>Estabelecimento de parcerias</p>	<p>Falta de apoio ao turista</p> <p>Rota turística secundária e concorrência de outras regiões no sector turístico</p>

**Quadro 7.** Matriz SWOT a nível de educação e inovação

<b>FORÇAS</b>	<b>FRAQUEZAS</b>
<p>Existência de pequenas empresas</p> <p>Programa de incentivo às novas tecnologias de informação</p> <p>Programa Polis</p> <p>Ensino Superior</p> <p>Formação profissional</p>	<p>Fraca inovação. Incipiente desenvolvimento dos serviços de apoio às empresas</p> <p>Inexistência de linhas telefónicas digitais (Internet) nas freguesias</p> <p>Fraca expressividade da população com habilitações académicas e diminuição da população estudantil</p>
<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
<p>Desenvolvimento dos projectos Beira Baixa Digital e Cyber Centro: diminuição virtual da distância ao resto do mundo, aos meios de comunicação e à informação</p> <p>Atracção de população jovem para o concelho</p> <p>Ligação entre o ensino superior e o tecido empresarial</p> <p>Criar atractivos que os recém-licenciados não regressem à cidade de origem após a conclusão do curso</p> <p>Aparecimento de instituições privadas e públicas a oferecer serviços na área da formação profissional</p>	<p>Falta de cultura de inovação</p> <p>Inexistência de uma política regional/local de inovação</p> <p>Ausência de um actor local promotor da inovação</p> <p>Alguma tendência para a inadequação dos cursos à oferta de mercado</p> <p>Após a conclusão do curso os jovens abandonam o concelho</p> <p>Pouca diversificação de cursos e formação profissional</p>

## **5. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS**

### **5.1. Demografia, economia e mercado de trabalho**

Ao nível da demografia, economia e do mercado de trabalho, as potencialidades e constrangimentos que o concelho apresenta remetem para uma estratégia que deverá assentar nos seguintes objectivos estratégicos:

- aumentar o contributo da população mais jovem no crescimento populacional que se vem registando;



- criar atractivos para a população jovem;
- criar atractivos para recém-licenciados dos estabelecimentos da região, no sentido de que não abandonem a região após conclusão dos cursos;
- aumentar a oferta de emprego, através da promoção de emprego qualificado, formação profissional e apoio ao empreendedorismo;
- proporcionar meios que resultem na adequação da mão-de-obra do concelho às oportunidades oferecidas;
- criar cursos adequados às ofertas de emprego existentes no concelho;
- promover formação profissional ajustada às necessidades do mercado e incluindo cursos direccionados para os desempregados;
- apoio e incentivo aos jovens empresários;
- atribuição de ajudas às famílias com mais de um filho.

Em termos de sectores de actividade estratégicos, merecem destaque a necessidade de apostar em novas indústrias e de criar incentivos para a manutenção dos montados e promoção da actividade de criação de porcos em regime extensivo (“porco de montanha”).

Tudo isto dependerá de aspectos de informação e comunicação e, quanto a isso, os objectivos deverão ser:

- sensibilizar para a importância e necessidade de participação;
- revisão dos processos de comunicação para promover a participação pública através, entre outras, da revitalização de antigos mecanismos populares, como a “casa do povo”;
- criação de serviços públicos nas freguesias distantes da cidade;
- proporcionar informação acessível e adequada sobre actividades de animação do tecido social e económico, em curso e previstas, bem como sobre os resultados das finalizadas.

### 5.2. Território

Em termos de território, os objectivos passam por aspectos urbanísticos:

- qualificação dos espaços urbanos, designadamente dos núcleos antigos;
- investimento no planeamento urbanístico do concelho;
- investir em espaços verdes e de lazer;
- regularização e requalificação das áreas urbanas de génese clandestina;



- criação de sistemas de saneamento que façam a ligação das águas residuais provenientes das zonas isoladas até às ETAR;
- criação de condições de emprego, culturais e sociais nas freguesias fora da cidade.

Outro grande grupo de objectivos associados ao território é constituído pelas comunicações, acessibilidades e transportes. Nesse campo, os objectivos são:

- alargamento das estradas dentro do concelho e melhoria dos seus traçados;
- potenciação da rede ferroviária dentro do concelho em detrimento do transporte individual;
- melhoria nos acessos para Espanha;
- avaliar o sector de transportes públicos colectivos no concelho e envolvente próxima, quanto a frequência, horários, articulação entre oferta existente, relação custo/possibilidades da população;
- análise das potencialidades da rede ferroviária em termos de circulação dentro do concelho, com a colaboração da REFER;
- investimento no acesso à Internet nas pequenas freguesias.

Quanto à floresta, os objectivos serão:

- manter a floresta com plantação, quando necessário, de espécies arbóreas, e não só, típicas da zona;
- minimizar a ocorrência de fogos, através de uma maior prevenção, em resultado da informação à comunidade e de uma colaboração mais estreita com os concelhos limítrofes e com as associações de silvicultores;
- limpeza de matas públicas;
- formar adequadamente as cooperações de bombeiros e melhorar a articulação entre elas.

### 5.3. Recursos naturais

No que diz respeito aos recursos naturais, a análise diagnóstica, conduz a proposta dos seguintes objectivos estratégicos:



- potenciar as capacidades económicas, socio-culturais e ambientais da floresta (áreas de montado, alto potencial cinegético, presença de valores florísticos e faunísticos);
- reforçar as parcerias entre concelhos, entre a autarquia e as entidades públicas competentes e, entre a autarquia e as associações de silvicultores, em colaboração com os estabelecimentos de ensino superior radicados no concelho e com conhecimentos sobre esta;
- promoção e divulgação do turismo de natureza no interior e exterior do concelho;
- as parcerias com o Parque Natural do Tejo Internacional, com a delegação regional de turismo e com o concelho de Idanha-a-Nova são de todo o interesse;
- valorizar os meios hídricos (reservas, ecossistemas e receptor);
- eventual construção de reservas estratégicas e de emergência, superficiais e/ou subterrâneas que atenuem a variabilidade existente e, que dessa forma, altere o seu carácter restritivo no desenvolvimento da agricultura e na melhoria da qualidade de vida das populações;
- implementação de centros de interpretação ambiental;
- adaptar estratégias que minimizem os impactes causados pelas amplitudes térmicas;
- investir na actividade piscícola.

#### 5.4. Património cultural e social

Após a análise diagnóstico, foram delineados os seguintes objectivos estratégicos para o sector do turismo:

- promoção turística do concelho e sua integração numa região de turismo;
- estabelecimento de parcerias com concelhos vizinhos e com os municípios espanhóis da área do parque Natural do Tejo Internacional para exploração do potencial turístico do parque, nomeadamente na vertente do turismo de natureza;
- integração das diferentes ofertas turísticas e sua integração num pacote turístico coerente que facilite a promoção do concelho;
- aumento a oferta hoteleira e implementação de serviços de apoio ao turista: centros de interpretação, definição de rotas turísticas,



observação da fauna/flora, provas de produtos regionais e mostras de artesanato.

A valorização do património social e cultural do concelho passará, em nossa opinião, pela implementação dos seguintes objectivos:

- potenciar a oferta cultural já existente mas descentralizar a realização de eventos;
- dinamizar os museus e núcleos museológicos;
- tirar partido das infra-estruturas existentes (culturais e desportivas) e encorajar a realização de eventos nacionais e internacionais que captem público e chamem a atenção para o concelho;
- implementar a relação com as empresas através da lei do mecenato;
- reabilitação/requalificação de património degradado;
- investir em equipamentos de apoio social, nomeadamente apoio a idosos devido aos acentuados índices de envelhecimento da população.

#### 5.4. Educação e inovação

O concelho necessita de desenvolver uma cultura de inovação. Para tal, afigura-se especialmente relevantes os seguintes objectivos estratégicos:

- instalação de uma política local de fomento da mesma;
- existência de um organismo dinamizador, eventualmente recorrendo a estruturas já existentes, como as ADL.

Quanto à educação e formação, os objectivos estratégicos passam, essencialmente, por aumentar e adequar as habilitações e a formação da população.

Significa, entre outras coisas, diversificar o ensino e a formação profissional e adequá-los aos gostos dos jovens e ao mercado de trabalho. No caso da formação profissional, é também necessária a sua adaptação ao desemprego existente. Tudo isto passa pela diversificação da oferta formativa cursos e a eventual revisão dos conteúdos da existente.

A inovação e a educação/formação sendo dois aspectos muito ligados, a primeira sendo, em grande medida, o resultado da segunda, esta deverá criar todas as condições



necessárias ao fomento de um espírito inovador e empreendedor. Nesse sentido, o ensino e a formação deverão incluir disciplinas de apoio e dinamização do empreendedorismo.

O ensino superior é um formador de técnicos para funções mais directivas e de orientação. Muitos deles, irão desempenhar funções em organismos dinamizadores da inovação, como ADL. Afigura-se assim importante que o ensino superior regional dote esses profissionais de capacidades para interpretar contextos socio-económicos e animar processos de mudança em campos tecnológicos mas também sociais e económicos.

Em termos de áreas de formação a privilegiar, com vista ao aumento da empregabilidade e empresarialidade, merece destaque a que se relaciona com o turismo e especialmente o turismo de natureza e rural.

Por motivos diferentes, também as questões de relacionamento com o ambiente deverão ter um peso maior nos diferentes tipos de formações.

Tudo isto deverá ter em conta uma maior ligação entre ensino e comunidade, nomeadamente tecido empresarial.

Há que fomentar estratégias educativas mais apelativas, o ensino assente na realidade das pessoas, assente na resolução de problemas práticos e em métodos mais activos e responsabilizadores dos discentes sendo algumas dos meios para tal. Esta é uma das razões para integração da componente da educação para os problemas ambientais.

Neste contexto, a fixação no concelho dos recém-licenciados formados nos estabelecimentos de ensino do mesmo afigura-se como outro objectivo.

De alguma forma associado a este, importa dar apoio e incentivo aos jovens empresários.

Outro objectivo será o de promover condições para que se possa tirar melhor partido das capacidades de trabalho, muitas vezes bastante elevadas e podendo preencher lacunas dos residentes, das populações que imigram para o concelho. Entre essas condições, encontramos a existência de formações, por exemplo de português, que complementem as suas capacidades.

Mas, ter uma população mais capacitada não é apenas o resultado da educação formal. Depende também do acesso à informação. Em relação a este aspecto, afigura-se estratégico fazer chegar à população, de forma mais eficaz, informação sobre o que está em



curso, resultados do realizado e importância da participação em termos de estratégias locais de desenvolvimento socio-económico. O acesso das zonas rurais à Internet é outro aspecto estratégico neste domínio. Permitiria tirar proveito das potencialidades do *e-learning*.



### BIBLIOGRAFIA

- AFP - Agence France-Presse (2005). Economistas Japoneses defendem Índice de Felicidade Nacional Bruta. *Jornal A Página da Educação* **150**: 27.
- Costa, J.C., Aguiar, C., Capelo J.H., Lousã, M. e Neto, C. (1998). Biogeografia de Portugal Continental. *Quercetea* **0**: 5-41.
- Ferrão, J. e Marques, T.S. (2003). *Sistema Urbano Nacional – Síntese*. Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa.
- Instituto do Ambiente (2005). *Atlas do Ambiente*. Lisboa.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2004). *Anuário Estatístico da Região Centro, 2003*. INE, Lisboa.
- Mota, I.A., Pinto, M., Sá, J.V., Marques, V.S. e Ribeiro, J.F. (s.d.). *Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável – ENDS 2005-2015*. s.e., s.l.
- PLANRAIA, Estudos e Consultoria da Raia, Lda. (2004). *Revisão do Plano Director Municipal de Castelo Branco – Estudos Prévios*. Câmara Municipal de Castelo Branco, Castelo Branco.
- Pinto, S.M.S. (2002). *Educar para a Sustentabilidade no Contexto Municipal. O “Centro da Natureza” do Município da Guarda*. Escola Superior Agrária/Instituto Politécnico de Castelo Branco, Castelo Branco
- Rivaz-Martinez, S. (1985). *Biogeografía y vegetación*. Publ. Real Acad. Cienc. Exactas, Físicas y Nat: 1-103, Madrid.